

**PL 1172/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal,
- Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências
- Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, de 1º de dezembro de 1979, 8.239 de 04 de outubro de 1991 e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências;
- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.115, de 15 de setembro de 1986, que dispõe sobre matéria relacionada à organização (alterações/atribuições) referentes à Guarda/segurança municipal (figura em projetos de alteração posteriores).
- Lei nº 11.715, de 03 de janeiro de 1995, que dispõe sobre reorganização do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.
- Lei Municipal nº 11.503, de 13 de abril de 1994, que dispõe sobre dispositivos de combate a incêndio nas favelas do Município de São Paulo, e da outras providências – Declarada Inconstitucional;

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA

- Lei Municipal 12.822, de 07 de abril de 1999, que institui sistema de Vigilância e alerta Meteorológico - SIVAMET, autoriza o Executivo a celebrar convenio com o Governo do Estado de São Paulo, e da outras providencias;
- Lei Municipal nº 13.396, de 26 de julho de 2002, que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).
- Lei Municipal nº 13.401, de 01 de agosto de 2002, que altera estrutura da Guarda Civil Metropolitana
- Decreto Municipal nº 42.119, de 19/06/2002, que disciplina a organização da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e menciona a Central de Atendimento Permanente e Emergencial (CAPE), órgão responsável pelo recebimento de chamados/atendimentos de defesa civil.
- Lei Municipal nº 13.519, de 6 de fevereiro de 2003, que altera os artigos 186, 189, 199, 200, 201, 209, 216 e 217 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de São Paulo, bem como o artigo 12 da Lei nº 10.182, de 30 de outubro de 1986, o qual dispõe sobre competências do Departamento de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Município.
- Lei Municipal nº 16.312, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de uma brigada profissional, composta por bombeiros civis, nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.530, de 14 de março de 2003, que institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana.
- Lei Municipal nº 13.768, de 26 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização do Quadro da Guarda Civil Metropolitana (QGC), institui plano de carreira e dá outras providências (organização do quadro).
- Lei Municipal nº 13.866, de 01 de julho de 2004, que fixa as atribuições da Guarda Civil Metropolitana, cria Superintendência e cargos em comissão a ela vinculados e dispõe sobre fiscalização do comércio ambulante; trata de policiamento preventivo/community policing
- Decreto Municipal nº 47.534, de 1 de agosto de 2006, que reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil.
- Lei Municipal nº 14.879, de 07 de janeiro de 2009, que cria/dispõe sobre organização da Secretaria Municipal (alterações administrativas que impactam SMSU/GCM/áreas correlatas).
- Decreto nº 50.388 / 16 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e transfere a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) — incluído porque regula operacionalmente a defesa civil no âmbito municipal



- Lei Municipal nº 15.215, de 25 de junho de 2010, que dispõe sobre o reajustamento das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais da Educação, mantém a concessão do Abono Complementar que especifica e introduz alterações na Lei nº 14.244, de 29 de novembro de 2006; reconfigura a carreira de Agente Escolar, do Quadro de Apoio à Educação, do Quadro dos Profissionais da Educação, prevista na Lei nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, e legislação subsequente
- Portaria da SMSU — Portaria nº 105/2010 (SMSU) , que disciplina a Central de Atendimento Permanente de Emergência – CAPE e ao vínculo operacional entre CAPE e unidades como a GCM/COMDEC.
- Portaria da Secretaria Municipal de Segurança Urbana — Portaria nº 319/2010 (SMSU), que aprova o Procedimento Operacional Padrão (POP) para operacionalização da Central de Atendimento GCM 153 — documento que regulamenta o processo de recebimento e tratamento de chamadas telefônicas e o fluxo de despacho de ocorrências. (Portaria / POP operam na prática como a norma que disciplina as chamadas da GCM).
- Decreto Municipal nº 56.060, de 13 de abril de 2015, que autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, em caráter excepcional, da gestão e execução dos serviços de manutenção predial de escolas e demais equipamentos da Secretaria Municipal de Educação;
- Lei Municipal nº 16.239, de 19 de julho de 2015, que cria o Quadro Técnico dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana (QTG) e trata de plano de carreira para profissionais da GCM
- Decreto Municipal nº 56.796 , de 05/02/2016, que define atribuições dos cargos do Quadro Técnico da GCM (QTG), entre as quais aparece a atribuição de exercer atividade de operador da Central de Atendimento 153, ou seja, norma que formaliza quais cargos atendem as chamadas e como se integra o serviço.
- Decreto Municipal nº 58.199, de 18 de abril de 2018, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas que especifica, bem como introduz alterações em dispositivos dos Decretos nº 52.649, de 15 de setembro de 2011, nº 55.003, de 4 de abril de 2014, nº 42.819, de 31 de janeiro de 2003, e nº 50.945, de 26 de outubro de 2009.
- Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, na forma que especifica, incluindo a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções admitidas, bem como a criação de empregos públicos.
- Lei Municipal nº 17.759, de 15 de março de 2022, que altera as Leis nº 14.493, de 9 de agosto de 2007, e nº 17.248, de 16 de dezembro de 2019.



- Lei Municipal nº 17.777, de 19 de abril de 2022, que disciplina procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções localizadas em assentamentos urbanos de interesse social.

- Lei Municipal nº 18.293, de 02 de setembro de 2025, que dispõe sobre a concessão de bonificação por desempenho aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana do Município de São Paulo pela recuperação de veículos automotores de duas rodas com restrição por furto, roubo ou adulteração de sinal identificador e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 21 de outubro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068